

Aprovado por maioria
na 20.ª reunião ordinária
de 09-06-2021



Ata
JK

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE 29 DE DEZEMBRO DE 2020

Pelas dezanove horas do vigésimo nono dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, reuniu a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, em sessão ordinária, no Hotel Marriott Lisboa, sito na Avenida dos Combatentes, 45, em Lisboa. --

Estiveram presentes: -----

PS – PARTIDO SOCIALISTA -----

Luís Filipe Gomes Ferreira -----

Óscar Bruno Coelho Antunes -----

Deldina Filomena Fontes Barroso -----

Isabel Maria Dionísio da Silva Mendes -----

João António Pereira Calheiros -----

Sebastião José Gonçalves Carqueja -----

Francisco José Gomes Guerreiro Patrício Álvares -----

Fábio Daniel Monteiro Oliveira -----

Tito Alexandre Norberto dos Santos -----

PPD/PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA-----

Luís Filipe da Costa Vieira da Silva -----

Ana Sofia de Oliveira Branco -----

Ana Maria da Mota Monteiro -----

Nuno Manuel Valentim de Sousa Vitoriano -----

Vitor Manuel de Rosa Formigal Navalho -----

CDS-PP.MPT.PPM – NOSSA LISBOA -----

Nuno Ricardo Araújo de Brito -----

Anabela Gonçalves Lucas -----

Tiago dos Santos Peralta Baião de Nogueira -----

PCP-PEV – CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA -----

Helena Maria Caetano da Silva Damas Barros -----

BE – BLOCO DE ESQUERDA -----

Ana Sofia Mealha Afonso Cortes -----

Pedidos de substituição: -----

PS – PARTIDO SOCIALISTA -----

Cristina Maria Dias Fulgêncio Parente -----

Amílcar Francisco Albuquerque dos Santos -----



otut
E
HK

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Daniel Alexandre Brás Magalhães Nunes -----

CDS-PP.MPT.PPM – NOSSA LISBOA -----

Luís Filipe da Silva Neto -----

Alexandra do Almurtão Coelho Lourenço Joia -----

O **Presidente da Mesa** da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, Óscar Antunes, passados que foram os quinze minutos de tolerância do regimento, deu início à sessão, cumprimentando todos os presentes, e passando a ler a ordem de trabalhos que foi afixada por Edital: -----

Ponto 1. Período de antes da ordem do dia; -----

Ponto 2. Aprovação da ata da 16.^a sessão ordinária de abril, realizada em 06 de junho de 2020; -----

Ponto 3. Aprovação da ata da 17.^a sessão ordinária de junho, realizada em 26 de junho de 2020; -----

Ponto 4. Aprovação da ata da 18.^a sessão ordinária de setembro, realizada em 30 de setembro de 2020; -----

Ponto 5. Apreciação e votação da Proposta n.º 44/2020 – Opções do Plano e proposta de Orçamento e Plano Orçamental Plurianual para o ano de 2021; -----

Ponto 6. Apreciação e votação da Proposta n.º 45/2020 – Mapa de Pessoal 2021; -----

Ponto 7. Aprovação e votação da Proposta n.º 39/2020 – Atribuição de parte do prémio relativo ao Concurso Montras de Natal para apoio a uma instituição de solidariedade social da Freguesia; -----

Ponto 8. Deliberar sobre o Contrato de Delegação de Competências a celebrar com o Município de Lisboa no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular para o ano letivo 2020/2021; -----

Ponto 9. Deliberar sobre o Acordo de Transferência de Verba a celebrar com o Município de Lisboa no âmbito do Programa Extraordinário de Apoio a Atividades Lúdicas; -----

Ponto 10. Deliberar sobre o Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências a celebrar com o Município de Lisboa no âmbito do Fundo de Emergência Social de Lisboa – Agregados Familiares; -----

Ponto 11. Deliberar sobre o Protocolo de Recolha de Roupas e Calçado Usados a celebrar com a Associação Humana; -----

Ponto 12. Deliberar sobre o Protocolo de Formação em Contexto de Trabalho a celebrar com a Escola Profissional CEFAD; -----

Ponto 13. Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia – 4.º trimestre 2020. -----



Outros
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

1. Período de antes da ordem do dia. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que colocou algumas questões ao Executivo, começando por inquirir se com a retoma do modelo de aulas presenciais e com as novas medidas de contingência no Agrupamento de Escolas, a Junta de Freguesia teve conhecimento de casos de infeção entre alunos, professores ou auxiliares. Depois, indagou quantas empresas sedeadas na Freguesia de São Domingos de Benfica beneficiaram do Programa "Lisboa Protege", de apoio ao setor empresarial. Fez alusão a uma publicação da revista Sábado, datada de 12 de dezembro de 2020, que referenciava dois cidadãos, João Alho e Daniel Montes, que desde 2009 terão criado várias empresas de manutenção de espaços verdes e firmado contratos com a Administração Pública no valor de cerca de 27.000.000€ - na sua maioria com Juntas de Freguesia da cidade de Lisboa. No referente à Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, terão sido celebrados, nos dois últimos mandatos, vinte contratos com seis empresas destes associados, totalizando 1.727.923€. Tendo em consideração a celeuma que tem vindo a ser criada em torno das questões dos ajustes diretos e alegadas irregularidades em procedimentos de contratação pública, solicitou que o Executivo da Junta de Freguesia se pronunciasse acerca deste tema. -----

Para resposta, toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que começou por apontar algumas incongruências e imprecisões na notícia mencionada pela eleita do Bloco de Esquerda. Sublinhando que a atual maioria apenas exerceu funções desde 2013, explicou que o Executivo herdou alguns contratos previamente firmados com várias empresas na área da gestão e manutenção dos espaços verdes, tendo deliberado, após avaliação cuidada, revogar uns, manter outros e firmar novos contratos, consoante as necessidades identificadas. Salientou, porém, que todos os contratos estão devidamente espelhados na plataforma Base.Gov, sendo públicos e podendo ser facilmente consultados. Em relação à situação epidemiológica, confirmou que se verificaram, de facto, casos de contágio entre a comunidade escolar, à semelhança do que aconteceu em várias outras freguesias e Agrupamentos Escolares, destacando a resposta pronta e cabal dada pela Junta de Freguesia perante esta circunstância. Aconselhou a eleita a dirigir-se aos serviços de ação social da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, para poder receber informações adicionais acerca deste tema, sem prejuízo de estes dados poderem ser apresentados à Assembleia de Freguesia numa próxima sessão. Quanto ao Programa "Lisboa Protege", da Câmara Municipal de Lisboa, referiu que a Junta de Freguesia ainda não possui informações concretas especificamente sobre a Freguesia de São Domingos de



OT 2014
fz

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Benfica, sendo este um projeto ainda em execução. Acrescentou que se inclui no espírito deste projeto a suspensão de taxas cobradas pelas Juntas de Freguesia por licenciamentos de ocupação de espaço público. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que questionou quantos elementos da Bancada do PSD auferem vencimento prestando serviços ao Executivo da Junta de Freguesia, e qual o grau de satisfação do Presidente da Junta de Freguesia relativamente ao trabalho efetuado pelos elementos que compuseram a lista do Executivo desde 2017, frisando que a resposta será deveras importante para desenvolvimentos futuros. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que em resposta às questões colocadas, começou por esclarecer que nenhum dos atuais elementos da Bancada do PSD na Assembleia de Freguesia exerce funções na Junta de Freguesia, embora um dos eleitos que anteriormente integrava esta Bancada tenha suspenso o seu mandato na Assembleia de Freguesia e se candidatado a uma vaga no Mercado de Inovação. Quanto à segunda questão suscitada, e embora presumindo que a mesma incidirá sobre o trabalho realizado pelo eleito Miguel Matias, indicou que a questão do eleito do CDS-PP não foi suficientemente clara, não deixando de referir que o eleito exerce atualmente funções no Executivo da Junta de Freguesia, não auferindo qualquer vencimento. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, Vogal da Junta de Freguesia, que complementando a informação veiculada acerca do Programa "Lisboa Protege", anunciou que a Câmara Municipal de Lisboa já procedeu ao pagamento de cento e dezanove apoios financeiros entre os dias 26 e 27 de dezembro, sendo certo que o Município ainda não disponibilizou dados concretos referentes à Freguesia de São Domingos de Benfica. Porém, tendo em consideração o lugar privilegiado que o Bloco de Esquerda ocupa na Câmara Municipal de Lisboa, certamente poderá aceder a esta informação por outras vias. Sobre a questão suscitada pelo eleito do CDS-PP, e reportando-se meramente a factos, assinalou o trabalho que vem sendo desenvolvido no Mercado da Inovação, que contava com apenas quatro empresas aquando da sua tomada de posse no Executivo da Junta de Freguesia, e atualmente tem todos os seus espaços preenchidos, com lista de espera para ocupação de lugares que venham a ficar disponíveis e com um *feedback* amplamente positivo pelo apoio que tem sido prestado nesta área. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que fez notar que o Presidente da Junta de Freguesia não respondeu de forma clara à sua questão, relativa ao grau de satisfação com o desempenho de elementos que pertenciam à Bancada do PSD e que agora exercem funções na Junta de Freguesia. Perante a ambiguidade da resposta fornecida, reforçou a importância de clarificar o número de elementos da Bancada do PSD que



Optim
JK

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

efetivamente extraem rendimentos dos contribuintes de São Domingos de Benfica, sendo este um fator fundamental para desvendar uma estratégia política que, a título de exemplo, torna a discussão e deliberação sobre os documentos previsionais para 2021, conforme consta da presente ordem de trabalhos, uma mera formalidade, uma vez que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021 já estarão à partida aprovados. Relativamente à intervenção do eleito Miguel Matias, não se revelou surpreendido com o autoelogio, assinalando que em determinadas funções, nem sempre os resultados finais estão diretamente associados ao trabalho que se produz. Reiterando a sua dúvida inicial, questionou quantos elementos que incorporavam a Bancada do Partido Social Democrata em 2017 passaram a exercer funções na Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, auferindo com isso rendimentos, e qual o grau de satisfação e opinião geral do Presidente da Junta de Freguesia sobre o desempenho das competências que terão sido nestes delegadas. Salientando estarem em causa esclarecimentos que são exigidos pelos fregueses, revelou que tem sido confrontado com variadas críticas que incidem sobre a ação do eleito Miguel Matias no Executivo da Junta de Freguesia, sendo que numa postura responsável enquanto Oposição, e no exercício de competências de fiscalização da ação do Executivo, prefere colocar estas questões frontalmente, em sede própria, do que simplesmente acreditar em todos os relatos que lhe vão chegando. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, Vogal da Junta de Freguesia, que revelou ter pleno conhecimento das origens das críticas mencionadas, partindo de pessoas aparentemente insatisfeitas com o grau de exigência que tem sido imposto ao trabalho da Junta de Freguesia em determinados setores. Vincou que enquanto exercer funções no Executivo da Junta de Freguesia, não irá ceder a esse tipo de pressões e continuará a tomar as diligências necessárias e adequadas para que todos os colaboradores cumpram convenientemente os seus objetivos laborais. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que reiterou que nenhum elemento da Bancada do PSD auferir qualquer rendimento por serviços prestados à Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica. Quanto ao grau de satisfação com o trabalho apresentado, manifestou-se mais preocupado com a situação pontual de alguns colaboradores cujo trabalho tem sido avaliado como deficitário, não deixando com isso de auferir o respetivo vencimento, sendo este um prejuízo mais gravoso para o erário público do que a adequação e pertinência do trabalho desenvolvido pelos membros do Executivo. Em relação ao trabalho que tem vindo a ser realizado pelo eleito Miguel Matias, referiu que a dinâmica de funcionamento do Mercado da Inovação fala por si. -----



Handwritten signature and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que clarificando o alcance da questão anteriormente colocada, assinalou que os vinte contratos alegadamente celebrados com seis empresas geridas por João Alho e Daniel Montes, no valor global de 1.727.923€, terão sido firmados durante os mandatos do atual Presidente da Junta de Freguesia, e não em mandatos anteriores. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que convidou uma vez mais a eleita do Bloco de Esquerda a consultar a plataforma Base.Gov para esclarecer todas as suas dúvidas, vincando que todos os contratos firmados pelo atual Executivo estão dentro da legalidade, são totalmente transparentes e obedecem a critérios objetivos, embora reconhecendo que eventualmente poderiam ter sido tomadas opções distintas em 2014, primeiro ano completo da atual maioria e um ano de aprendizagem no que concerne à assunção de novas competências delegadas. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que requereu que ficasse registado em ata que as perguntas claras por si colocadas não obtiveram uma resposta concreta, a qual eventualmente se perdeu numa retórica pouco esclarecedora. Registou a aparente satisfação do Presidente da Junta de Freguesia com o trabalho que o eleito Miguel Matias tem vindo a realizar no Mercado da Inovação. Relativamente a outras questões mencionadas e que também não terão sido convenientemente concretizadas, declarou que situações de alegado conflito laboral por vezes também são um reflexo de falta de liderança e de capacidade para gerir e ultrapassar esses mesmos conflitos. Também se manifestou particularmente desagradado com um discurso em que se promove o autoelogio no referente a situações positivas, e em que se atribui responsabilidades aos colaboradores quando as coisas não correm bem. -----

No seguimento deste ponto, o **Presidente da Mesa** deu nota dos documentos que deram entrada na Mesa da Assembleia, passando a palavra aos respetivos proponentes para procederem à apresentação dos mesmos. -----

Toma a palavra **Anabela Lucas**, do CDS-PP, que apresentou os documentos submetidos pela Bancada do CDS-PP à Mesa da Assembleia de Freguesia, e que se encontram discriminados na fase da respetiva votação. Estes documentos encontram-se anexados à presente Ata. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que apresentou os documentos submetidos pela Bancada do Bloco de Esquerda à Mesa da Assembleia de Freguesia, e que se encontram discriminados na fase da respetiva votação. Estes documentos encontram-se anexados à presente Ata. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, da CDU, que no referente às duas últimas moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda, sugeriu que a última moção, relativa à



Handwritten signature and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

transmissão *online* das sessões da Assembleia de Freguesia, seja deliberada em primeiro lugar, uma vez que a deliberação da outra moção depende diretamente desta. Toma a palavra o **Presidente da Mesa**, que revelou não se sentir particularmente confortável para votar favoravelmente as moções apresentadas pela Bancada do Bloco de Esquerda, por não concordar com alguns dos argumentos utilizado e por não considerar atualmente exequível a transmissão *online* das sessões da Assembleia de Freguesia. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, Vogal da Junta de Freguesia, que reiterou estar a decorrer um processo, de acordo com os trâmites legais, para criação de uma infraestrutura que permitirá, em princípio no primeiro trimestre de 2021, a realização e transmissão *online* das sessões da Assembleia de Freguesia. Relativamente à moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, não deixou de assinalar que se trata de uma cópia de algo que também foi apresentado na Assembleia de Freguesia de Benfica, não tendo sido sequer alterado o nome da freguesia no documento. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que salientou que uma proposta para transmissão *online* das sessões da Assembleia de Freguesia já havia sido anteriormente apresentada pela Bancada do CDS-PP em 2018, sendo que a presente moção visa tão somente reforçar a importância de suprir esta lacuna, por forma a promover a participação dos cidadãos na Assembleia de Freguesia, neste contexto de pandemia. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que frisando tratar-se de um tema reiteradamente discutido em Assembleia de Freguesia, assinalou que São Domingos de Benfica será provavelmente uma das últimas freguesias a manter um modelo presencial para a realização destas reuniões, quando existem tecnologias que não requerem investimentos significativos e viabilizam que as mesmas possam ser efetuadas remotamente. Alegando que a proposta do Bloco de Esquerda não é suficientemente clara e específica, solicitou um esclarecimento acerca do conceito de uma metodologia mista para a realização das Assembleias de Freguesia. Distinguindo aquilo que é uma Assembleia de Freguesia presencial com transmissão *online* daquilo que é uma Assembleia de Freguesia concretizada exclusivamente através de plataformas digitais, indagou do Executivo as razões objetivas pelas quais estes mecanismos ainda não foram implementados na Freguesia de São Domingos de Benfica, o que limita sobremaneira o acesso público dos cidadãos aos temas discutidos pelo órgão deliberativo. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que recordou que a proposta para transmissão *online* das sessões da Assembleia de Freguesia foi aprovada por unanimidade pelo



António
FF

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

órgão deliberativo em 2018, pelo que se revela surreal e manifestamente reveladora – eventualmente da competência dos atuais titulares dos cargos – a circunstância de, volvido todo este tempo, a Junta de Freguesia ainda não ter sido capaz de implementar mecanismos que viabilizem este objetivo. Referiu que plataformas como o Zoom têm sido amplamente utilizadas pelos jovens do seu bairro, juntando semanalmente dezenas destes, sem falhas técnicas registadas. Perante este cenário, questionou quem é o responsável por esta área tecnológica na Junta de Freguesia, argumentando que antes de aceitarem quaisquer desafios propostos, as pessoas têm de avaliar humildemente se estão à altura dos mesmos, em vez de simplesmente promover o seu ego. Acrescentou que apenas os cidadãos mais incautos ou ignorantes poderão aceitar as explicações que vão sendo dadas pelo Executivo numa tentativa de justificar a delonga na implementação de soluções digitais que viabilizem a transmissão *online* das reuniões da Assembleia de Freguesia. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, Vogal da Junta de Freguesia, que começando por responder ao eleitos Luís Vieira da Silva, explicou que embora existam soluções que não impliquem um investimento considerável e que utilizem as próprias câmaras dos equipamentos informáticos de cada um, o objetivo traçado pela Junta de Freguesia passa pela implementação de uma infraestrutura mais abrangente, que pressuponha uma maior qualidade na transmissão das sessões, o que implica a colocação de duas ou três câmaras no espaço físico, além de outros equipamentos. Respondendo ao eleito Nuno Brito, e assumindo as suas responsabilidades na área tecnológica, declarou que a Junta de Freguesia não pode saltar etapas no que concerne ao Código dos Contratos Públicos, para aquisição dos equipamentos necessários, reiterando que se os trâmites processuais decorrerem dentro da normalidade, no primeiro trimestre de 2021 estará a funcionar o sistema que viabilizará a realização e transmissão *online* das sessões da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica. Relativamente à eventual utilização da plataforma Zoom ou similar, chamou a atenção para algumas limitações de utilização que muitas vezes são ignoradas, e argumentou que o dinheiro dos contribuintes será certamente melhor empregado numa solução definitiva e de maior qualidade do que numa ferramenta temporária que posteriormente deixe de ser utilizada. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que declarou não se rever minimamente na resposta dada pelo eleito Miguel Matias, da qual se demarcou, alegando que a situação de caráter excecional que se vive exige a implementação de outro tipo de medidas, de forma mais célere e eficaz, acrescentando que o eleito já exerce funções no Executivo há tempo suficiente para apresentar outro tipo de resultados no objetivo de ultrapassar



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

esta lacuna identificada, facto revelador da sua apetência para o cargo. Por outro lado, frisou que o investimento numa plataforma *Zoom* ou similar é tão residual que simplesmente invalida toda a argumentação do eleito Miguel Matias em relação à utilização dos dinheiros públicos, reiterando que a mesma só será eventualmente válida para os cidadãos mais incautos ou desconhecedores da matéria. Deixou o apelo para que o Executivo observe atentamente o bom exemplo de outras Juntas de Freguesia na cidade de Lisboa, algumas das quais também lideradas pelo Partido Socialista, e que já implementaram mecanismos eficazes para a transmissão *online* das suas reuniões públicas. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, Vogal da Junta de Freguesia, que em resposta, optou por relativizar a opinião manifestada pelo eleito do CDS-PP, sendo notórias as suas mudanças de posição – apontando como exemplo a declaração gravada, segundo a qual o eleito afirmou perentoriamente que iria chumbar um Orçamento da Junta de Freguesia, para mais tarde indicar que iria votar favoravelmente o mesmo. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que alegando a defesa da honra, exigiu que o eleito Miguel Matias prove perante o plenário as suas acusações, aditando que aqueles que realmente o conhecem sabem perfeitamente que é um homem sério, de uma palavra só, apenas alterando o seu posicionamento quando percebe e reconhece um eventual erro. Lamentou a tentativa de traçar um perfil desajustado e totalmente falso com base numa única ação, que carece de fundamento comprovativo. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, Vogal da Junta de Freguesia, que apresentou um excerto da gravação da reunião da Assembleia de Freguesia de 17 de dezembro de 2019, em que o eleito Nuno Brito declarou que a Bancada do CDS-PP iria chumbar o Orçamento proposto pelo Executivo da Junta de Freguesia, deixando à consideração do eleito recordar qual a posição que a sua Bancada ultimamente tomou na referida Assembleia, acabando por viabilizar a proposta de Orçamento. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que deixou o apelo para que o debate na presente Assembleia possa ser centrado nas questões fulcrais, como a discussão e deliberação sobre os documentos previsionais para 2021, ferramenta de trabalho essencial para o bom funcionamento da Junta de Freguesia, e não em questões paralelas. Desconhecendo se já existe uma aprovação prévia do Orçamento para 2021, conforme avançado pelo eleito Nuno Brito, declarou que mais do que uma mera formalidade, deverá haver uma responsabilização política pelo posicionamento de cada Bancada em relação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021. -----

Toma a palavra o **Presidente da Mesa**, que respondendo ao eleito Nuno Brito, fez notar que embora a presença e participação dos cidadãos seja fundamental para os objetivos



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

dos órgãos deliberativos, a verdade é que por força da atual pandemia, o quadro legal vigente condiciona e restringe esta presença, a qual se encontra vedada. Relativamente às moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda, e embora a título pessoal não se iniba de utilizar plataforma *Zoom* ou similar para transmissão *online* das sessões da Assembleia de Freguesia, declarou que não poderá votar favoravelmente as mesmas, por considerar que estas contêm argumentação mal construída e infundada, fazendo mais sentido que a Junta de Freguesia implemente uma solução mais eficaz e abrangente, que permita estudar um modelo de inscrição prévia e participação dos cidadãos. Não deixando de concordar com a pertinência da moção relativa à tradução para língua gestual dos trabalhos da Assembleia, fez notar que a deliberação sobre esta moção estará prejudicada pela deliberação sobre a moção anterior. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que lamentou a evidente adulteração da verdade e deturpação dos factos suscitados pelo eleito Miguel Matias, que num exercício de total desonestidade intelectual, deliberadamente omite se foi efetuada alguma alteração aos documentos previsionais que tenha justificado a mudança de posicionamento político da Bancada do CDS-PP. Por conseguinte, desafiou o Vogal do Executivo a comprovar que a Bancada do CDS-PP alterou o seu sentido de voto perante um Orçamento que se manteve intacto. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que solicitou à eleita do Bloco de Esquerda uma alteração pontual à redação do voto de saudação apresentado, argumentando que a Bancada do Partido Social Democrata, embora concorde com os princípios do documento, não poderá votar favoravelmente uma saudação a uma manifestação efetuada em período de confinamento e de recolher obrigatório. Assim, na parte deliberativa, sugeriu que seja retirada a referência às iniciativas do 25 de novembro, que incluem a manifestação realizada. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, Vogal da Junta de Freguesia, que rejeitando liminarmente o atestado de incompetência que a Bancada do CDS-PP está a tentar passar à sua pessoa, declarou que uma análise ao conteúdo do Orçamento primariamente rejeitado e do Orçamento posteriormente viabilizado permite concluir que não foi efetuada qualquer alteração, desafiando a Bancada do CDS-PP a assinalar quais as alterações efetivas que sustentaram a mudança no seu posicionamento de voto. ----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que declarou não aceitar a sugestão deixada pelo eleito do PSD para alteração ao conteúdo do voto de saudação apresentado, por considerar que não se deverá menosprezar um acontecimento simbólico que teve lugar nesse dia, e que cumpriu integralmente com as regras de segurança impostas pela Direção Geral de Saúde, sendo deveras importante reforçar o



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

movimento nacional que milita na defesa dos direitos humanos e no combate à violência contra as mulheres. Esclarecendo o conceito de sessões mistas da Assembleia de Freguesia, indicou estar em causa um mecanismo que viabilizasse que os eleitos pudessem participar através de plataforma digital, sendo os trabalhos da Assembleia igualmente transmitidos para o público, encontrando-se soluções que possibilitassem a sua participação e intervenção. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, o **Presidente da Mesa** passou de imediato à votação dos sete documentos apresentados neste ponto da ordem de trabalhos, cujos resultados são seguidamente discriminados. -----

1- Voto de Pesar "Gonçalo Ribeiro Telles" (CDS-PP), aprovado por unanimidade; 2- Voto de Pesar "Nuno Lima Mayer Moreira" (CDS-PP), aprovado por unanimidade. 3- Voto de Louvor "Pelos Trabalhadores do Setor Social e Solidário" (CDS-PP), aprovado por unanimidade; 4- Voto de Saudação "Ao 25 de Novembro de 1975" (CDS-PP), aprovado por maioria (*votos favoráveis do PSD, CDS-PP, e de três elementos da Bancada do PS, votos contra de quatro elementos da Bancada do PS, CDU e BE, e abstenções de dois elementos da Bancada do PS*). 5- Voto de Saudação "Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres" (BE), rejeitado (*votos favoráveis do CDS-PP, CDU e BE, e votos contra do PS e PSD*). 6- Moção "Pela realização das Assembleias em regime misto (online e presencial)" (BE), rejeitada (*votos favoráveis do CDS-PP, CDU, BE e de um elemento da Bancada do PS, votos contra do PS, e abstenções do PSD e de um elemento da Bancada do PS*); 7- Moção "Pela tradução em Língua Gestual Portuguesa das transmissões da Assembleia de Freguesia" (BE), rejeitada (*votos favoráveis do CDS-PP, CDU, BE, votos contra do PS, e abstenções do PSD*). -----

Toma a palavra **Nuno Vitoriano**, do PSD, que apresentou uma declaração de voto referente ao último documento, na qual mencionou não fazer qualquer sentido a votação desta moção, desde logo inviabilizada pela rejeição da moção anterior. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, da CDU, que indicou que irá remeter à Mesa da Assembleia uma declaração de voto escrita. -----

2. Aprovação da ata da 16.ª sessão ordinária de abril, realizada em 06 de junho de 2020. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que sugeriu algumas correções pontuais ao texto da ata. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que declarou antecipadamente que a Bancada do CDS-PP irá votar contra as atas apresentadas, uma vez que defende que as mesmas



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

deveriam conter uma transcrição integral das intervenções efetuadas no decurso dos trabalhos da Assembleia. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a ata da 16.ª sessão ordinária, realizada em 06 de junho de 2020, aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, votos contra do CDS-PP, e abstenção de um elemento da Bancada do PS*). -----

3. Aprovação da ata da 17.ª sessão ordinária de junho, realizada em 26 de junho de 2020. -----

Não havendo intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a ata da 17.ª sessão ordinária, realizada em 26 de junho de 2020, aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, votos contra do CDS-PP, e abstenção de um elemento da Bancada do PS*). -----

4. Aprovação da ata da 18.ª sessão ordinária de setembro, realizada em 30 de setembro de 2020. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que assinalou que a presente ata, na pág. 2, refere que terá questionado o Executivo sobre se a Junta de Freguesia reuniu com a unidade de execução da Câmara Municipal de Lisboa para avaliar os impactos da derrocada ocorrida no Metro da Praça de Espanha, quando na verdade o que foi questionado foi se tal reunião tinha ocorrido para avaliação dos impactos ambientais do projeto da Praça de Espanha. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a ata da 18.ª sessão ordinária, realizada em 30 de setembro de 2020, aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, PSD e CDU, votos contra do CDS-PP e BE, e abstenções de dois elementos da Bancada do PSD*). -----

5. Apreciação e votação da Proposta n.º 44/2020 – Opções do Plano e proposta de Orçamento e Plano Orçamental Plurianual para o ano de 2021. -----

Para apresentação deste ponto, toma a palavra **Mário Rui Santos**, Vogal da Junta de Freguesia, que começou por salientar a transição do sistema contabilístico POCAL para o SNC-AP, o que obrigou a alguns ajustes nas rubricas do Orçamento. Por outro lado, estes ajustamentos foram aproveitados para também introduzir uma adaptação à estrutura orgânica do funcionamento da Junta de Freguesia, conforme previamente aprovado pela Assembleia de Freguesia. Indicou que sendo obrigatória a apresentação de um plano plurianual, o Executivo optou, neste último ano de mandato, por apresentar uma mera simulação, sem qualquer objetivo de plano de desenvolvimento de atividades da Junta de Freguesia a longo prazo, pelo que, na circunstância de ser renovado o voto de confiança à maioria do Partido Socialista, será posteriormente proposto um plano



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

plurianual com outro nível de estruturação. Passando para a análise dos grandes números do Orçamento, este ascende a cerca de 6.129.000€, com as rubricas mais relevantes a serem as dos encargos com pessoal (2.507.000€) e obrigações coordenadas com a Câmara Municipal de Lisboa (1.426.000€). De salientar que na rubrica dos encargos com pessoal verifica-se uma forte componente relacionada com a incorporação de colaboradores com vínculo laboral precário no quadro da Junta de Freguesia, processo que se encontra praticamente concluído, além de ser contemplado um reforço de recursos humanos para os estabelecimentos escolares, por forma a garantir os rácios de funcionamento a que estes estão sujeitos e eventuais constrangimentos provocados pela atual situação de pandemia de Covid-19. -----

Aberta a discussão sobre este ponto, toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que chamou a atenção para a circunstância de o Orçamento aparentemente não contemplar qualquer verba para a área da Proteção Civil, pelo que questionou esta opção do Executivo e a manifesta falta de atuação numa área tão sensível. -----

Para resposta, toma a palavra **João Dias**, Vogal da Junta de Freguesia, que explicou que as competências da Junta de Freguesia na área da Proteção Civil são muito limitadas, sendo os organismos municipais e nacionais chamados a intervir em situações de emergência. Frisou, porém, que a Junta de Freguesia tem os seus próprios agentes locais preparados e um gabinete articulado com a Câmara Municipal de Lisboa, preparado para dar resposta preventiva nas primeiras quarenta e oito a setenta e duas horas após uma eventual incidência mais gravosa. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que declarando ter pleno conhecimento do alcance das competências da Junta de Freguesia em matéria de Proteção Civil, questionou quais os protocolos estabelecidos entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica nesta área, à semelhança do que acontece em outras freguesias da cidade de Lisboa. -----

Toma a palavra **João Dias**, Vogal da Junta de Freguesia, que em resposta, explicou que a formação que os agentes locais estavam a ter, patrocinada pela Câmara Municipal de Lisboa, infelizmente teve de ser suspensa devido à pandemia. No entanto, vincou que o Executivo não deixou de contemplar verbas em Orçamento para eventuais novas atividades que venham a ser promovidas em articulação com o Município. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que começou por questionar quais as sinergias que serão desenvolvidas com os parceiros locais no âmbito da Rede "São Domingos Emprega". Ainda na área da empregabilidade, perguntou se a Junta de Freguesia tem ligações com o IEFP no âmbito do Mercado Social de Emprego. Solicitou informações adicionais sobre as melhorias a implementar na biblioteca do Fórum



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Grandella. Relativamente à refuncionalização do salão polivalente do Bairro do Calhau, perguntou que valências pretende a Junta de Freguesia destinar a este espaço. Mais indagou que ações estão previstas na freguesia integradas no projeto Lisboa – Capital Verde Europeia. Ao nível da higiene urbana, perguntou se está a ser efetuado um reforço efetivo de investimento em equipamentos de proteção individual. Analisando os números do Orçamento, salientou uma redução de 10.000€ nas receitas provenientes do IMI, de cerca de 80.000€ no licenciamento da ocupação da via pública, e de cerca de 20.000€ no âmbito das transferências do IEFP. No capítulo da despesa, continua a verificar-se uma elevada verba despendida na contratação de pessoal em regime de avença, não estando cabimentada verba para contratação de novos colaboradores. Na área da educação, requereu um esclarecimento acerca dos 27.500€ destinados a instituições sem fins lucrativos. No que diz respeito ao apoio à economia local e à área da higiene urbana, questionou a que se referem os respetivos montantes adstritos a estudos, pareceres, projetos e consultadoria. Relativamente à manutenção de espaços verdes, considerou algo excessiva a despesa prevista em rega e suprimento de água, que ascende a cerca de 100.000€. Por fim, antecipando a declaração de voto da Bancada do Bloco de Esquerda, justificou o voto contra a proposta de Orçamento apresentada pela Junta de Freguesia com a redução prevista na receita, com o relevante peso orçamental das verbas adstritas à contratação de pessoal em regime de avença ou com contrato a termo, e com o facto de o balanço previsional não reportar o valor referente a dívidas a terceiros. -----

Para resposta, toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que começou por assinalar que a questão suscitada pela eleita do Bloco de Esquerda em relação à parceria com o IEFP e empregabilidade revela um parco conhecimento da realidade da freguesia e daquilo que tem vindo a ser o trabalho executado pela Junta de Freguesia, naquilo que é a Rede Nacional Emprega, através da qual a autarquia já empregou mais de cento e vinte pessoas, não só na Junta de Freguesia, como em outras instituições e empresas locais. Além desta rede, a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica também está a trabalhar em parceria com outras instituições, como a Fundação Aga Khan, uma das principais financiadoras destas redes promotoras da empregabilidade. Relativamente à higiene urbana, expressou com visível orgulho que os colaboradores da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica adstritos a esta área possuem fardamento e equipamento ao mais alto nível, do melhor que pode ser encontrado na cidade de Lisboa. Acrescentou que tem vindo a ser incrementado o investimento em equipamentos de proteção individual nesta área. Em relação à declaração de voto apresentada, afirmou ser fácil limitar a intervenção política à mera crítica sem



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

fundamento, sem esboçar alternativas ou soluções, e baseando um voto contra os documentos previsionais em argumentos sem substância, posicionamento manifestamente revelador de um total esgotamento de ideias. Quanto à referência a uma alegada despesa excessiva no consumo de água para manutenção de espaços verdes, declarou que uma vez mais esta indica que a eleita do Bloco de Esquerda não tem a mínima noção da área verde cuja manutenção é da responsabilidade da Junta de Freguesia, pelo que desafiou a eleita a visitar todos estes espaços e a informar-se acerca do preço por metro cúbico de água, para poder tirar ilações mais fundamentadas. Aditou que caso não tivesse sido implementado um eficiente sistema de rega em determinadas zonas verdes, provavelmente a despesa com o consumo de água poderia ser três vezes superior, como já aconteceu no passado na área geográfica da freguesia. Concluiu a sua intervenção, declarando estar convicto de que a opinião generalizada dos cidadãos de São Domingos de Benfica é que a gestão e manutenção dos espaços verdes da freguesia melhorou consideravelmente. -----

Toma a palavra **Ana Sofia Branco**, do PSD, que declarou que perante um cenário crítico marcado por mais do que uma pandemia, mas por uma sindemia, a que se irá seguir certamente um período de emergência social com grande impacto sobre a população, e especialmente sobre a população mais vulnerável, urge retirar lições e perceber definitivamente que não basta tratar este problema sob o ponto de vista sanitário, mas também sob o ponto de vista das desigualdades sociais, promovendo-se políticas sociais que possam diminuir o fosso existente e melhorar as condições habitacionais e de saúde dos cidadãos mais carenciados. Face ao exposto, questionou como é possível que num ano que se adivinha de grande necessidade para uma população que poderá entrar em profunda crise social, provavelmente sem precedentes, o Executivo tenha diminuído a verba orçamental adstrita à ação social – de 447.000€ em 2020 para cerca de 356.000€ previstos para 2021 – indagando quais as medidas específicas que estão projetadas para apoiar as famílias da freguesia. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que respondendo às questões colocadas, declarou que os números apresentados e a aparente diminuição nas rubricas referentes a ação social não refletem a determinação incondicional da Junta de Freguesia em continuar a apoiar a população mais desfavorecida, sem distinção de qualquer ordem, como tem feito até ao momento, não poupando esforços físicos e financeiros para providenciar uma resposta cabal em termos sociais. No entanto, estando em cima da mesa um documento previsional de carácter financeiro, o mesmo tem de ser apresentado com todo o rigor e transparência, o que não significa que a Junta de Freguesia venha a diminuir os apoios na área social. Assumiu perante a



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Asssembleia de Freguesia e publicamente o compromisso de que a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica continuará a utilizar todos os recursos à sua disposição para apoiar os cidadãos mais vulneráveis, adotando mecanismos que possam tornar as solicitações de apoio cada vez mais simplificadas e não passíveis de ferir a dignidade dos cidadãos. Como nota final, deixou uma palavra de apreço e de reconhecimento pelo trabalho incansável que tem sido realizado, neste período de pandemia, em particular pelos setores da higiene urbana e da ação social da Junta de Freguesia. -----

Toma a palavra **Ana Sofia Branco**, do PSD, que declarou que não obstante a satisfação pelas intenções manifestadas pelo Presidente da Junta de Freguesia, não deixa de ser um grosseiro erro político um Executivo Socialista – força política que na praça pública tanto defende as populações mais vulneráveis – apresentar um Orçamento que reduz a rubrica de ação social em cerca de 100.000€ num período particularmente conturbado, em que se adivinha uma grave crise social. Manifestou-se confiante, porém, de que o Executivo saberá contornar a questão e investir todos os recursos à sua disposição para colmatar toda e qualquer necessidade evidenciada pela população. Relativamente à dignidade que deve imperar nas solicitações de apoio por parte dos cidadãos, e sobretudo naquilo que é o fornecimento de bens essenciais, sugeriu que o Executivo pudesse olhar de perto para o exemplo da Junta de Freguesia do Areeiro, que promoveu uma iniciativa simples, clara, objetiva, inovadora e muito digna, ao articular com o comércio local a emissão de vales que podem ser livremente utilizados para aquisição de bens alimentares e de outros itens de primeira necessidade. -----

Toma a palavra **Mário Rui Santos**, Vogal da Junta de Freguesia, que complementando a informação prestada pelo Presidente da Junta de Freguesia, reforçou que a diminuição do valor da rubrica não implica uma diminuição efetiva dos apoios prestados ao nível da ação social, sendo esta redução parcialmente justificada, por exemplo, pela suspensão, neste período de pandemia, de alguns dos eventos e atividades programados pela Academia de São Domingos de Benfica, cujo apoio da Junta de Freguesia também se enquadra nesta rubrica de ação social. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que não deixando de agradecer a chamada de atenção da eleita do Partido Social Democrata, demarcou exatamente essa diferença no que respeita às políticas sociais seguidas pelo Partido Socialista. Por conseguinte, rejeitou a ideia de se tratar de um erro político ou estratégico, vincando uma vez mais tratar-se de um documento financeiro cujos números são apresentados com todo o rigor e transparência, os quais traduzem um decréscimo natural da atividade da Junta de Freguesia por força da pandemia de Covid-19 – apontando como exemplo a não realização do Praia Campo e de outros eventos ligação à área social – e não



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

necessariamente uma diminuição dos apoios prestados à população no campo da ação social. Concluindo a sua intervenção, declarou que contrariamente à mensagem que a Bancada do PSD tenta veicular, as verbas adstritas a apoios sociais da Junta de Freguesia tenderão a aumentar, sendo que se não fosse o atual cenário de pandemia estaria provavelmente a ser discutido um aumento exponencial da verba canalizada para esta vertente social. Neste sentido, apelou para que as forças políticas na Oposição possam proceder a uma leitura mais atenta e rigorosa aos números do Orçamento. ---- Toma a palavra **Ana Sofia Branco**, do PSD, que corrigindo as declarações do Presidente da Junta de Freguesia, fez notar que o Praia Campo, nas vertentes sénior e de infância, não se realizou em 2020, mas está programado para o ano de 2021, conforme consta da pág. 33 do Orçamento, pelo que a suspensão desta atividade não poderá estar associada à redução prevista na rubrica relacionada com ação social. Por outro lado, clarificou que o alcance da questão anteriormente colocada não se prende somente com uma eventual redução da verba adstrita a esta rubrica, mas também com as razões que conduzem à opção de não a reforçar neste período particularmente crítico em termos sociais. -----

Toma a palavra **Cristina Valério**, Vogal da Junta de Freguesia, esclareceu que também no pelouro da cultura, muitas vezes interligado com a área da ação social, foram muitas as atividades e iniciativas que tiveram de ser suspensas devido à pandemia de Covid-19 – apontando como exemplo o projeto de turismo cultural na cidade, que semanalmente levava um conjunto de idosos a visitar um museu, para percorrer um itinerário cultural em Lisboa ou para uma determinada atividade de rua. Ressalvou, no entanto, que caso a evolução da situação epidemiológica e as condições de segurança o favoreçam, estas iniciativas poderão ser repensadas, com as respetivas rubricas a serem reforçadas em sede de revisão orçamental. Secundando a argumentação do Presidente da Junta de Freguesia, reiterou que um Orçamento rigoroso teria de incontornavelmente levar em conta todas estas condicionantes geradas pelo fator pandemia. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de Opções do Plano, Orçamento e Plano Orçamental Plurianual para o ano de 2021 aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, votos contra do CDS-PP e BE, e abstenções do PSD e CDU*). -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que apresentou uma declaração de voto, na qual referiu que a Bancada do CDS-PP votou contra a proposta de Orçamento para 2021 por entender primariamente que o reforço de determinadas dotações financeiras ficou aquém do expectável. Por outro lado, vincou que a implementação de algumas

Handwritten signature



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

das iniciativas perspectivadas no campo da ação social poderia ser repensada, de modo a cumprir todas as normas de segurança. Também se manifestou insatisfeito com alguns dos princípios definidos no presente Orçamento, considerando surreais os apoios prestados a associações desportivas da freguesia, à exceção de uma entidade clara e reiteradamente beneficiada, naquilo que classificou como pura discriminação financeira. Por fim, o posicionamento de voto da Bancada do CDS-PP também assenta no facto de o anterior Orçamento da Junta de Freguesia não ter sido executado na totalidade. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, da CDU, que apresentou uma declaração de voto, justificando a abstenção da sua Bancada com o facto de o PCP não se identificar com um Orçamento que não apresenta qualquer tipo de convergência com o programa eleitoral do Partido. -----

6. Apreciação e votação da Proposta n.º 45/2020 – Mapa de Pessoal 2021. -----

Toma a palavra **Mário Rui Santos**, Vogal da Junta de Freguesia, que passou a apresentar este ponto, explicando que o Mapa de Pessoal traduz aquilo que é a situação atual e as perspetivas para o próximo ano, em termos de recursos humanos da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, da CDU, que declarou que mais uma vez se verifica que o Mapa de Pessoal não passa de uma lista de intenções de contratação de recursos humanos que não se concretiza, salientando a circunstância de apenas terem sido preenchidos dois dos sessenta e nove novos postos de trabalho previstos para 2020, com evidentes lacunas identificadas, por exemplo, ao nível da educação ou da manutenção dos espaços verdes. Perante as necessidades constatadas, questionou quando é que a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica prevê deixar de optar por regimes de avença e passar a criar postos de trabalho efetivos no quadro de pessoal. -----

Toma a palavra **Mário Rui Santos**, Vogal da Junta de Freguesia, que em resposta, afixou que todas as situações de avença enquadráveis no respetivo regime jurídico transitaram para o quadro de pessoal da Junta de Freguesia. Quanto à área da educação, explicou que a situação está relacionada com delegações de competências sem garantia de continuidade, pelo que não se verifica neste caso uma integração destes colaboradores no quadro de pessoal da autarquia. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que antecipando a sua declaração de voto, indicou que a Bancada do Bloco de Esquerda irá votar contra a proposta de Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica para 2021 pelo facto de a Junta de Freguesia continuar a optar pela contratação de colaboradores com



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

vínculo precário no setor da educação, mesmo perante a necessidade de reforçar as equipas das Atividades de Enriquecimento Curricular neste período de pandemia. -----
Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de Mapa de Pessoal de 2021 aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS e PSD, voto contra do BE, e abstenções do CDS-PP e CDU*). -----

7. Aprovação e votação da Proposta n.º 39/2020 – Atribuição de parte do prémio relativo ao Concurso Montras de Natal para apoio a uma instituição de solidariedade social da Freguesia. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, da CDU, que não deixando de concordar com o princípio de apoio às instituições da freguesia, questionou quais os critérios utilizados para selecionar a entidade que será contemplada com a verba mencionada na proposta. Para resposta, toma a palavra **Miguel Matias**, Vogal da Junta de Freguesia, que explicou ter sido efetuada uma análise prévia à situação de todas as associações da freguesia, tendo sido escolhida pelo pelouro aquela que aparentava ter uma maior necessidade financeira. Ressalvou não existir qualquer ligação entre a instituição selecionada e os colaboradores afetos ao pelouro. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de atribuição de parte do prémio relativo ao Concurso Montras de Natal para apoio a uma instituição de solidariedade social da freguesia aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, PSD, CDS-PP, CDU e BE, e uma abstenção, de um elemento da Bancada do PSD*). -----

Toma a palavra **Ana Sofia Branco**, do PSD, que apresentou uma declaração de voto, na qual referiu que não estando em causa a associação selecionada, os esclarecimentos prestados pelo Vogal Miguel Matias não correspondem a uma avaliação totalmente transparente. Acrescentou que quando se tem de proceder a uma escolha dentre várias associações, e especialmente quando está em causa a atribuição de apoios financeiros, importa estabelecer critérios objetivos, de modo a minimizar potenciais situações de injustiça ou parcialidade. Por conseguinte, em situação similar, ou a Junta de Freguesia evidencia capacidade para atribuir a mesma verba a cada uma das instituições, ou então, tendo de tomar uma opção, esta deverá ser claramente balizada por critérios efetivos, por forma a garantir a transparência de todo o processo e a esclarecer cabalmente as entidades que não venham a ser contempladas. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que respondendo às considerações tecidas pela eleita do PSD, garantiu que todo o processo se desenvolveu com total transparência – embora nunca tenha sido prática usual da Junta de Freguesia



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

ter de justificar as suas opções perante as diferentes associações locais – não existindo nenhuma intenção de beneficiar uma entidade em detrimento de qualquer outra. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, Vogal da Junta de Freguesia, que em complemento, explicou que a intenção inicial da Junta de Freguesia era que fosse a própria superfície comercial que arrecadou o prémio do concurso de Montras de Natal a indicar a instituição que iria beneficiar de parte desse prémio. Porém, uma vez que o proprietário se absteve de o fazer, teve de ser a própria Junta de Freguesia a avaliar a situação e a seleccionar uma instituição, conforme anteriormente referido. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que deixou um apelo para uma maior agilidade no desenvolvimento dos trabalhos da Assembleia, para que os seus membros possam ser poupados de encenações em que se manifesta desagrado pelas propostas do Executivo, sendo as mesmas posteriormente votadas favoravelmente. Salientando a importância de uma maior seriedade na abordagem dos temas, também deixou o repto para que o Presidente da Junta de Freguesia deixe de proteger os elementos da Bancada do PSD, como alegadamente tem vindo a fazer desde o início da presente sessão da Assembleia de Freguesia. -----

8. Deliberar sobre o Contrato de Delegação de Competências a celebrar com o Município de Lisboa no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular para o ano letivo 2020/2021. -----

Não havendo intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de Contrato de Delegação de Competências a celebrar com o Município de Lisboa no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular para o ano letivo 2020/2021 aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, PSD, CDS-PP e BE, e voto contra da CDU*). -----

Toma a palavra **Helena Barros**, da CDU, que apresentou uma declaração de voto, na qual referiu que o voto contra não se relaciona com a essência do protocolo, mas com a oposição ao princípio de transferência de competências que deveriam estar sob a alçada do Poder Central. -----

9. Deliberar sobre o Acordo de Transferência de Verba a celebrar com o Município de Lisboa no âmbito do Programa Extraordinário de Apoio a Atividades Lúdicas.

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que solicitou um esclarecimento sobre o objetivo do acordo de transferência de uma verba de 2.525€, questionando a que é que esta se destina em concreto. -----

Para resposta, toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que explicou tratar-se de uma verba transferida pela Câmara Municipal de Lisboa para direccionar

Handwritten signatures and initials in the top right corner.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

para as Atividades de Enriquecimento Curricular e Componente de Apoio à Família, para um apoio efetivo na vertente social. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que fez alusão ao segundo ponto do documento em apreço, que refere que a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica se obriga a apresentar, num prazo de trinta dias após a assinatura do presente acordo, um relatório das atividades realizadas e correspondente mapa de despesas, pelo que questionou que atividades serão estas que a Junta de Freguesia se propõe concretizar. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que uma vez mais esclareceu que a verba transferida através do presente acordo não é mais do que uma forma de a Câmara Municipal de Lisboa comparticipar os encargos financeiros dos investimentos realizados pela Junta de Freguesia na Componente de Apoio à Família e Atividades de Enriquecimento Curricular durante o período de verão. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de Acordo de Transferência de Verba a celebrar com o Município de Lisboa no âmbito do Programa Extraordinário de Apoio a Atividades Lúdicas aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP, e abstenções da CDU e BE*). -----

10. Deliberar sobre o Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências a celebrar com o Município de Lisboa no âmbito do Fundo de Emergência Social de Lisboa – Agregados Familiares. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que solicitou alguns esclarecimentos acerca das implicações concretas deste contrato de delegação de competências. Além disso, estando em causa um aditamento, questionou quais os valores atribuídos até ao momento e quais as atividades que já foram levadas a cabo no âmbito da delegação destas competências na Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que revelou não ter dados concretos e específicos para apresentar à Assembleia de Freguesia, tendo em consideração tratar-se de um aditamento a um contrato anteriormente aprovado por unanimidade pelo órgão deliberativo. Assegurou, no entanto, que as informações requeridas serão transmitidas aos membros da Assembleia, assim que sejam reunidas pela Junta de Freguesia. Aproveitou para frisar que o aditamento em causa diz tão somente respeito à cláusula 9-B, referente à Covid-19. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de aditamento ao Contrato de Delegação de Competências a celebrar com o Município de Lisboa no âmbito do Fundo de Emergência Social de Lisboa



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

– Agregados Familiares aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, PSD, CDS-PP e BE, e abstenção da CDU*). -----

11. Deliberar sobre o Protocolo de Recolha de Roupas e Calçado Usados a celebrar com a Associação Humana. -----

Aberta a discussão sobre este ponto, toma a palavra **Helena Barros**, da CDU, que não obstante a concordância com a proposta e com o princípio de reutilização destes bens recolhidos, chamou a atenção para o terceiro ponto do art.º 2.º do protocolo em apreço, onde se lê que a Associação Humana se compromete a doar anualmente à Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica três vales, cada um no valor de 30€. Podendo estar novamente em causa a questão da transparência no posterior encaminhamento e atribuição destes vales, e partindo do pressuposto de que estes são doados pela Associação como contrapartida pela utilização do espaço público, questionou se não seria processualmente mais simples para a Junta de Freguesia abdicar destes vales e isentar a Associação Humana do pagamento de qualquer licenciamento de utilização de espaço público. -----

Para resposta, toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que clarificou que a doação destes vales não está relacionada com o licenciamento de utilização de espaço público para colocação dos contentores de recolha de vestuário e calçado usados, e acrescentou que neste capítulo, a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica limitou-se a dar continuidade às parcerias já estabelecidas com as diferentes instituições que procedem à recolha destes itens. Mais esclareceu que os vales serão atribuídos a uma instituição sem fins lucrativos, mediante deliberação política da Junta e Assembleia de Freguesia. Na sequência da intervenção da eleita da CDU, acrescentou que a Assembleia de Freguesia é soberana para apresentar e deliberar sobre uma proposta para extinguir a doação destes vales por parte da Associação Humana, a qual será naturalmente respeitada pelo Executivo, na circunstância de ser aprovada. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de Protocolo de Recolha de Roupas e Calçado Usados a celebrar com a Associação Humana aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP, e abstenções da CDU e BE*). -----

12. Deliberar sobre o Protocolo de Formação em Contexto de Trabalho a celebrar com a Escola Profissional CEFAD. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, da CDU, que declarou que embora o PCP não esteja contra a formação em contexto de trabalho, não se revê num modelo exploratório, em que os formandos são sujeitos a um horário laboral de trinta e cinco horas semanais,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

podendo trabalhar fins de semana e feriados, durante um período de três anos, não sendo remunerados pelo seu trabalho, apesar de desempenharem funções em tudo similares às dos restantes colaboradores. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que suscitou uma dúvida relativa à cláusula primeira do protocolo, que refere que o segundo outorgante (Junta de Freguesia) disponibilizará um aluno do curso profissional de nível secundário de técnico de desporto para formação em contexto de trabalho, podendo tratar-se eventualmente de uma gralha. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que esclareceu que é a Escola Profissional CEFAD que coloca os seus formandos para estágios de formação em contexto de trabalho, por solicitação da Junta de Freguesia – aproveitando para referenciar que esta é porventura uma área que poderia ser melhor explorada pela autarquia, em particular no campo da atividade desportiva. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que reiterou o pedido de esclarecimento acerca da redação da cláusula primeira do protocolo em apreço. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que esclarece que o sentido da cláusula mencionada é que a segunda outorgante (Junta de Freguesia) disponibiliza formação em contexto de trabalho aos alunos do primeiro outorgante (Escola Profissional CEFAD). -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de Protocolo de Formação em Contexto de Trabalho a celebrar com a Escola Profissional CEFAD aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP, e votos contra da CDU e BE*). -----

13. Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia – 4.º trimestre de 2020. -----

Para apresentação deste ponto, toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que perante a circunstância de a informação escrita ter sido previamente distribuída a todos os membros da Assembleia de Freguesia, solicitou a anuência do plenário para se abster de se alongar em considerações acerca da mesma, colocando-se à inteira disposição da Assembleia para responder a quaisquer questões que venham a ser colocadas neste ponto da ordem de trabalhos. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que questionou se o Presidente da Junta de Freguesia leu atentamente a informação escrita distribuída pelos membros da Assembleia. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que respondeu que não teve oportunidade de o fazer, devolvendo exatamente a mesma questão ao eleito da Assembleia de Freguesia. -----

O **Presidente da Mesa** colocou à consideração do plenário a aprovação em minuta das deliberações tomadas nos Pontos n.º 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 da ordem de trabalhos, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica** deu por encerrada a reunião. -----

O Presidente da Mesa

Óscar Bruno Coelho Antunes

O 1º Secretário

Luís Filipe Gomes Ferreira

A 2ª Secretária

Deldina Filomena Fontes Barroso



VOTO DE PESAR POR GONÇALO RIBEIRO TELLES

1

Arquitecto paisagista, ecologista e político, Gonçalo Pereira Ribeiro Telles nasceu em Lisboa, a 25 de Maio de 1922.

Licenciou-se em Engenharia Agr noma e terminou o Curso Livre de Arquitectura Paisagista, no Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Iniciou a sua vida profissional nos serviços da Câmara Municipal de Lisboa, ao mesmo tempo que leccionava no ISA, tornando-se discípulo de Francisco Caldeira Cabral, pioneiro da arquitectura paisagista em Portugal, com quem publicará o livro "A  rvore em Portugal", obra de referência sobre as espécies arbóreas existentes no nosso país.

Na Câmara de Lisboa integrou, entre 1951 e 1953, a Repart  o de Arborização e Jardinagem, passando em 1955 a arquitecto paisagista do Gabinete de Estudos de Urbanização da CML, onde permaneceu até 1960.

Entre 1971 e 1974, dirigiu o Sector de Planeamento Biofísico e de Espaços Verdes do Fundo de Fomento da Habitação.

O projecto mais marcante da sua carreira é, provavelmente, o jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, que assinou com Ant nio Viana Barreto e que lhe valeu, *ex aequo*, o Pr mio Valmor de 1975.

É autor de alguns dos projectos de espaço público e de paisagismo mais emblemáticos da cidade de Lisboa: espaço público do Bairro das Estacas, em Alvalade; os jardins da Capela de São Jer nimo, no Restelo; a cobertura vegetal da colina do Castelo de São Jorge; e o Jardim Am lia Rodrigues, junto ao Parque Eduardo VII.



Em Lisboa, merecem também destaque outros projectos, que concebeu entre 1998 e 2002, por solicitação da Câmara Municipal de Lisboa: o Vale de Alcântara, a Radial de Benfica, o Vale de Chelas, o Corredor Verde de Monsanto, o Corredor Verde Periférico de Lisboa e a integração da Zona Ribeirinha Oriental e Ocidental na Estrutura Verde Principal de Lisboa.

Foi professor convidado e catedrático da Universidade de Évora, onde criou na década de 1990 as licenciaturas em Arquitectura Paisagista e em Engenharia Biofísica.

Em Abril de 2013 foi galardoado com o Prémio Sir Geoffrey Jellicoe, a mais importante distinção internacional no âmbito da arquitectura paisagista.

Iniciou a sua intervenção pública como membro da Juventude Agrária e Rural Católica, estrutura juvenil ligada à Acção Católica Portuguesa.

Em 1945, participou na fundação do Centro Nacional de Cultura, do qual era associado número um e presidente da Assembleia Geral.

Com Francisco Sousa Tavares, fundou, em 1957, o Movimento dos Monárquicos Independentes, a que se seguiu o Movimento dos Monárquicos Populares.

Em 1958, manifestou o seu apoio à candidatura presidencial de Humberto Delgado.

Em 1959, subscreveu, com mais quatro dezenas de católicos – entre os quais Francisco Sousa Tavares, João Bénard da Costa, Nuno Teotónio Pereira e Sophia de Mello Breyner Andresen –, uma carta dirigida a Salazar na qual se denunciavam os métodos da PIDE.

Em 1967, aquando das cheias de Lisboa, impôs-se publicamente contra as políticas de urbanização vigentes.

Em 1969, integra a Comissão Eleitoral Monárquica, que se junta às listas da Acção Socialista Portuguesa, de Mário Soares, na coligação Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), liderada por Soares, para concorrer à Assembleia Nacional. Não seria eleito, tal como os restantes membros das listas da oposição democrática.



Em 1971, ajudou a fundar o movimento Convergência Monárquica, reunião de três movimentos da resistência monárquica: o Movimento Monárquico Popular, a Liga Popular Monárquica e a Renovação Portuguesa.

Após o 25 de Abril de 1974, com Francisco Rolão Preto, Henrique Barrilero Ruas, João Camossa de Saldanha, Augusto Ferreira do Amaral, Luís Coimbra, entre outros, fundou o Partido Popular Monárquico, a cujo Directório presidiu.

Foi Subsecretário de Estado do Ambiente nos I, II e III Governos Provisórios e Secretário de Estado do Ambiente no I Governo Constitucional, chefiado por Mário Soares.

Em 1979, alia-se a Diogo Freitas do Amaral e Francisco Sá Carneiro na formação da Aliança Democrática, coligação através da qual foi eleito deputado à Assembleia da República, consecutivamente, nas legislativas de 1979, 1980 e 1983.

Entre 1981 e 1983, integra o VIII Governo Constitucional, chefiado por Francisco Pinto Balsemão, como Ministro de Estado e da Qualidade de Vida. Durante o seu ministério, assume um papel preponderante no estabelecimento de um regime sobre o uso da terra e o ordenamento do território, ao criar as zonas protegidas da Reserva Agrícola Nacional, da Reserva Ecológica Nacional e as bases do Plano Director Municipal.

Enquanto deputado na Assembleia da República teve responsabilidades nas propostas da Lei de Bases do Ambiente, da Lei da Regionalização, da Lei Condicionante da Plantação de Eucaliptos, da Lei dos Baldios, da Lei da Caça e da Lei do Impacte Ambiental.

Em 1984, após sair do Governo e já afastado do PPM, fundou o Movimento Alfacinha, com o qual se apresentou candidato à Câmara Municipal de Lisboa, conseguindo a eleição como vereador. Em 1985, regressa à Assembleia da República, agora como deputado independente, eleito nas listas do Partido Socialista.

Em 1993, fundou o Movimento o Partido da Terra, cuja presidência abandonou em 2007.



Foi condecorado com o grau de Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, do Mérito Científico, Literário e Artístico, em 1969; a Grã-Cruz da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo, em 1988; a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, em 1990; e a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, em 2017.

Assim, a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, na reunião ordinária de 29 de Dezembro de 2020:

Lamenta o falecimento de Gonçalo Ribeiro Telles e apresenta as mais sentidas condolências à sua família, amigos e discípulos, reconhecendo o seu inestimável legado nas áreas do paisagismo e da ecologia e o papel fundamental que teve na construção do Portugal democrático.

Lisboa, 29 de Dezembro de 2020

Os Eleitos do CDS-PP

Anabela Lucas, Tiago Peralta, Nuno Brito

Aprovado por unanimidade



VOTO DE PESAR POR **Nuno Lima Mayer Moreira**

2

Nuno Lima Mayer Moreira a 16 de dezembro faleceu em Lisboa, vítima de doença súbita, Nuno Lima Mayer Alves Moreira, historiador e autarca do CDS-PP. Com 47 anos, Nuno Moreira era casado e pai de três rapazes. Licenciado em História e pós-graduado em Cultura Portuguesa, foi professor, assistente universitário e empresário por conta própria, sendo atualmente técnico superior de arquivo na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Presidia também à ALMA – Associação Lima Mayer para as Artes, instituição com fins culturais, que atribui bolsas para jovens nas áreas artísticas da fotografia, cinema, teatro e pintura. Foi sempre um militante empenhado do CDS, e todos os que com ele contactaram puderam testemunhar o seu entusiasmo contagiante. Foi dirigente do partido, tendo ocupado diversos cargos a nível local e nacional, nomeadamente membro do Conselho Nacional, do Conselho Nacional de Jurisdição e do Conselho Nacional de Fiscalização, entre outros.

Nas eleições autárquicas de 2017 foi candidato pelo CDS à Junta de Freguesia da Ajuda, em Lisboa, sendo desde então autarca na Assembleia daquela freguesia. E nas últimas eleições legislativas foi cabeça de lista do CDS pelo círculo de Bragança, desafio que confessou abraçar com «uma grande alegria», por ser a terra do seu pai, o Prof. Adriano Moreira, e por, desta forma, poder homenageá-lo.

Nuno Moreira era uma pessoa de trato afável e de convicções fortes. Deixa a quem com ele conviveu a memória da sua alegria, da sua generosidade, da sua disponibilidade, da sua vontade de ajudar e de fazer. Um homem bom e uma personalidade fortemente marcada pela Democracia Cristã.



Pelo exposto, a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em sessão plenária, decide demonstrar o seu profundo pesar e consternação pelo falecimento de Nuno Lima Mayer Moreira e apresentar a toda a sua família as mais sentidas condolências.

Lisboa, 29 de Dezembro de 2020

Os Eleitos do CDS-PP

Anabela Lucas. Tiago Peralta, Nuno Brito

Aprovado por unanimidade



VOTO DE LOUVOR PELOS ³ TRABALHADORES DO SETOR SOCIAL E SOLIDÁRIO

A exigência absolutamente excecional que o País atravessa, veio evidenciar a necessidade, a utilidade e a importância do **Setor Social e Solidário**, que carece do reconhecimento merecido.

Na verdade, este setor evidencia a extrema relevância para a concretização do estado social, constituindo-se mesmo como suporte do setor da saúde, impedindo uma maior pressão nos Hospitais.

Neste setor vivem-se momentos de grande preocupação a vários níveis, como *oburnout* dos profissionais. Contudo, são estes trabalhadores o garante de que a população não fica desprovida de apoio, sobretudo os mais vulneráveis e mais isolados, laborando ininterruptamente com abnegação e sacrifício pessoal.

Num primeiro momento, quando a pandemia era desconhecida, foram estes trabalhadores que garantiram o **apoio constante e permanente**, 24 horas por dia, e deram a sua vida e o seu tempo, para o bem-estar das populações vulneráveis, como ainda hoje acontece.

É um setor que, no silêncio e na sombra, tem mostrado que o interesse coletivo, em certos momentos da vida comunitária, se sobrepõe ao interesse individual.

Deve-se acrescentar que estes trabalhadores, pouco reconhecidos socialmente, **foram e são, a salvaguarda e o suporte da evidência do estado social e o garante do Respeito pela Dignidade da Pessoa Humana.**

O reconhecimento político deste setor e dos seus trabalhadores é urgente nas diversas áreas, quer da Saúde quer da Segurança Social.

Nesse sentido, os eleitos do CDS-PP propõem à Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

- Saúde publicamente os trabalhadores do setor social e solidário através dos meios de comunicação da Junta Freguesia;
- Envie a todas as instituições locais a menção de cariz social este voto de louvor;
- Envie o presente voto à União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social Lisboa (UDIPSS-Lisboa), à Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade (CNIS) e à Assembleia da República.

Lisboa, 29 de Dezembro de 2020

Os eleitos do CDS-PP

Aprovado por unanimidade

Anabela Lucas, Tiago Peralta, Nuno Brito



VOTO DE SAUDAÇÃO AO 25 DE NOVEMBRO DE 1975

4

Comemorar o 45º aniversário do 25 de Novembro de 1975, data em que terminou o período do PREC (Processo Revolucionário em Curso) é recordar quando uma minoria, de génese totalitária, tentou condicionar a maioria do povo português que ambicionava e lutava por uma democracia pluralista, prometida em 25 de Abril de 1974.

25 de Abril e 25 de Novembro têm, portanto, na sua origem o mesmo anseio: a implantação e a defesa da Democracia e da Liberdade pelo que se observa, sem surpresa, que a maioria dos Capitães de Abril e outros protagonistas destas duas datas históricas são os mesmos.

E se o 25 de Abril representou o início de uma caminhada na construção de uma verdadeira Democracia, a verdade é que esse objectivo chegou a estar em risco e os meses que se lhe seguiram foram marcados por tentativas de o aniquilar.

Para tal o 25 Novembro de 1975 foi fundamental pois marcou definitivamente o fim da transição revolucionária, a instauração da Democracia em Portugal e a demonstração da vontade inequívoca da maturidade do Povo Português em seguir um caminho diferente na senda da democracia que nos conduziu a novos destinos, como foi a sua integração na União Europeia.

Importa hoje salientar, que essa viragem foi um destino ganho, que permitiu que Portugal seja um país democrático, pacífico, rico na sua multiculturalidade, aberto, tolerante e integrado na União Europeia e no Mundo do séc. XXI.

Homenagear e preservar a memória representa também a capacidade de superar divisões antigas e afirmar os valores democráticos de Abril de 1974 que unem todos aqueles que hoje, como à data, participam na construção de um Portugal livre e soberano.

Assim, a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, na reunião ordinária de 29 de Dezembro de 2020 delibera:

Manifestar o seu agradecimento a todos os que ousaram contrariar a deriva totalitária, com particular ênfase ao denominado "Grupo dos Nove", ao coordenador operacional General Ramalho Eanes, e a todas as unidades militares da Região Militar de Lisboa que consubstanciaram a derrota da mesma, com destaque para os Comandos da Amadora.

Lisboa, 29 de Dezembro de 2020

Os Eleitos do CDS-PP

Anabela Lucas, Tiago Peralta, Nuno Brito

Aprovado por maioria



Declaração de Voto Contra do PCP quanto ao Voto de Saudação nº 4, apresentado pelo CDS-PP na 19ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, no dia 29 de Dezembro de 2020

Declaração de voto

A eleita pelo PCP votou contra o Voto de saudação "Ao 25 de Novembro de 1975", porque, na verdade, representa um enorme descaramento por parte do proponente, tentando na prática reescrever a história sem respeito pela verdade factual e política.

Para além de serem omitidos factos que ligam diversas personalidades da direita portuguesa, algumas delas fundadores e militantes dos partidos de direita, que pertenceram mesmo a governos e outras instituições da ditadura fascista em Portugal, omitem-se também factos como o assassinato de cidadãos portugueses na manhã de 25 de Abril de 1974 por parte da PIDE, a polícia política da ditadura apoiada por diversas personalidades de direita no pós 25 de Abril de 1974.

Omite-se também o recurso ao terrorismo e ao golpismo, por parte de gente ligada à ditadura fascista que tudo fez para impedir a construção da democracia política em Portugal, colocando bombas em sedes de partidos políticos de esquerda, nomeadamente do PCP, partido que se destacou na luta contra a ditadura fascista, pela liberdade e pela democracia em Portugal, contribuindo de forma assinalável na elaboração da Constituição da República Portuguesa saída do 25 de Abril de 1974 e na preparação das primeiras eleições livres do Portugal democrático e que viu militantes seus assassinados pela designada rede bombista depois do 25 de Abril de 1974.

Hoje, por via de documentos desclassificados dos serviços secretos dos EUA, dos processos de investigação da Polícia Judiciária Portuguesa, do jornalismo de investigação feito em Portugal sobre o assunto e por via de livros publicados sobre os acontecimentos nos anos seguintes à Revolução de Abril, temos notícias, nunca desmentidas, sobre o envolvimento de diversas pessoas e personalidades destacadas da política nacional e de membros das forças armadas e de segurança, envolvidas, de forma mais ou menos disfarçada, com as acções terroristas desenvolvidas nessa época pela então designada rede bombista.

Também, o voto de saudação apresentado persiste na omissão de factos como o assassinato, agressões e espancamentos de cidadãos por parte de militantes identificados ideologicamente com o fascismo português, pelo simples facto de pertencerem a etnias diferentes, orientações sexuais diferentes e por serem militantes de partidos políticos de esquerda, como o PCP.

Ainda, o voto de saudação em apreço persiste na omissão do crescendo de forças neo-fascistas na Europa, na construção de muros de intolerância e na participação da UE em guerras de agressão.



Estas omissões colocam objectivamente o proponente deste documento na posição de herdeiro moral de tudo aquilo que omite e de interveniente actual nos processos de recuperação e de omissão do fascismo em Portugal.

O voto contra do PCP constitui-se assim numa saudação a todos os resistentes antifascistas portugueses e a todos os cidadãos portugueses assassinados pela rede bombista que tentou, pelo terrorismo, impedir a construção da democracia portuguesa, e junta-se a todos aqueles que, hoje, lutam contra a intolerância, o racismo, o ódio e a guerra em Portugal, na Europa e no mundo.

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, em 29 de Dezembro de 2020

A Eleita pelo PCP

- Helena Barros -

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

VOTO DE SAUDAÇÃO 5 *DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES*

A 25 de novembro o mundo assinala a luta pela eliminação da violência contra as mulheres.

É uma luta que registou mundialmente muitos avanços, mas que persiste inacabada. Ainda vivemos numa sociedade culturalmente marcada pelo sexismo em que a brutalidade da dominação masculina se traduz em diversas formas de discriminação e violência que carregam uma indiscutível marca de género.

A pandemia que atravessamos trouxe dificuldades acrescidas à prevenção e ao combate a estas violências, em especial à violência nas relações de intimidade e aos femicídios. O confinamento reforçou o isolamento de muitas mulheres e aprofundou a sua vulnerabilidade às estratégias de dominação dos agressores tornando mais difícil e arriscado pedir ajuda.

Em Portugal, de acordo com os dados preliminares do Observatório das Mulheres Assassinadas da UMAR, em 2020, já foram assassinadas 30 mulheres, 16 em contexto de relações de intimidade e registaram-se 43 tentativas de femicídios. Há agora mais 21 crianças órfãs vítimas da violência contra as mulheres.

Na Europa, uma em cada três mulheres já foi vítima de violência física e/ou sexual. 80 % das vítimas de tráfico a nível da União Europeia são mulheres. Nos países em vias de desenvolvimento, uma em cada três raparigas casa antes de atingir 18 anos de idade.

São violências abjetas, que rasgam a sociedade e cujas feridas são ainda mais profundas quando se fala de mulheres negras, ciganas, migrantes,

trans, lésbicas, com deficiência e tantas outras multiplamente excluídas e discriminadas na sociedade.

Eliminar a violência contra as mulheres e as raparigas é condição para a igualdade de género e tem de ser um esforço coletivo e internacional. No passado dia 25 de novembro, em Lisboa, concentraram-se centenas de mulheres para reclamar o fim da violência contra as mulheres que já tirou a vida a 30 mulheres só este ano e pedir políticas públicas de combate às desigualdades profundas e por uma justiça livre de discriminação.

Assim, a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica reunida a 29 de Dezembro de 2020, ao abrigo do artigo 9.º, n.º 2, alínea j) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera:

1. *Saudar as iniciativas do dia 25 de novembro e o trabalho de todas e todas aquelas que fazem da luta pela eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres condição fundamental para o respeito pelos Direitos Humanos e para uma sociedade livre, democrática e igualitária.*

A Eleita do Bloco de Esquerda

Ana Sofia Cortes



rejeitado

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

MOÇÃO 1

Pela tradução em Língua Gestual Portuguesa das transmissões da Assembleia de Freguesia

Considerando que:

- i. a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada por Portugal, prevê no Artigo 29º, relativo à participação na vida política e pública que:

“Os Estados partes garantem às pessoas com deficiência os direitos políticos e a oportunidade de os gozarem, em condições de igualdade com as demais pessoas, e comprometem-se a:

a) Assegurar que as pessoas com deficiências podem efetiva e plenamente participar na vida política e pública, em condições de igualdade com os demais, de forma direta ou através de representantes livremente escolhidos, incluindo o direito e oportunidade para as pessoas com deficiência votarem e serem eleitas;

i) Garantindo que os procedimentos de eleição, instalações e materiais são apropriados, acessíveis e fáceis de compreender e utilizar”.
- ii. a situação vivida pelo país e no Mundo devido à pandemia do COVID 19 e todo o esforço imposto a todas e todos os Portugueses no sentido de não saírem de casa e terem precauções de higiene, de não se aglomerarem em espaços fechados e diminuírem o contato físico ao máximo;
- iii. a 15 de novembro se assinalou o Dia Nacional da Língua Gestual Portuguesa, que visa chamar a atenção para o direito das pessoas surdas terem acesso a todas as informações/comunicações através de um sistema representação constituído por palavras e por regras oficial e legalmente reconhecido;
- iv. enquanto órgão deliberativo, a Assembleia de freguesia é fundamental na aprovação das decisões tomadas pelo executivo da junta de freguesia;
- v. as Assembleias de Freguesia em São Domingos de Benfica passem a ser feitas em regime misto (on-line e presencial) e transmitidas em direto por vídeo através da internet;
- vi. a presente reunião da Assembleia serve para a aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano 2021, documentos de extrema importância para o funcionamento da autarquia;



Bloco de Esquerda

- vii. o princípio democrático de transparência nas decisões dos órgãos públicos e da participação de todas e todos os cidadãos/cidadãos nas decisões tomadas pelos mesmos.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Benfica reunida a 29 de Dezembro de 2020, ao abrigo do artigo 9.º, n.º 2, alínea j) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera:

1. garantir a existência de tradutores de Língua Gestual Portuguesa e/ou legendas, que podem ser geradas por programas de forma automática, nas transmissões das suas reuniões plenárias, assegurando-se assim o direito à participação na vida política e pública às pessoas com deficiências.
2. saudar o dia 15 de novembro, Dia Nacional da Língua Gestual Portuguesa, e todas as pessoas surdas, bem como pugnar pela implementação de medidas que permitam cumprir o direito a autonomia e autodeterminação da comunidade surda;

A eleita do Bloco de Esquerda,
Ana Sofia Cortes

Rejeitada



Bloco de Esquerda

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

MOÇÃO 2

Pela Realização das Assembleias em regime misto(on line e presencial)

Considerando que:

- i. a situação vivida pelo país e no Mundo devido à pandemia do COVID 19 e todo o esforço imposto a todas e todos os Portugueses no sentido de não saírem de casa e terem precauções de higiene, de não se aglomerarem em espaços fechados e diminuírem o contato físico ao máximo;
- ii. enquanto órgão deliberativo, a Assembleia de freguesia é fundamental na aprovação das decisões tomadas pelo executivo da junta de freguesia;
- iii. o princípio democrático de transparência nas decisões dos órgãos públicos e da participação de todas e todos os cidadãos/cidadãos nas decisões tomadas pelos mesmos.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Benfica reunida a 29 de Dezembro de 2020, ao abrigo do artigo 9.º, n.º 2, alínea j) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera:

1. as Assembleias de Freguesia em São Domingos de Benfica passem a ser feitas em regime misto (on-line e presencial) e transmitidas em direto por vídeo através da internet.
2. Solicitar o apoio técnico à Câmara Municipal de Lisboa

A eleita do Bloco de Esquerda,
Ana Sofia Cortes